
A origem do conceito Amoldamento Social

Sabrina Reis¹

Resumo. O artigo em questão apresenta os conceitos de Alienação, Pseudoconcreticidade, Cotidiano Programado, Heteronomia e Miopia Espacial a fim de explicar como o diálogo entre os mesmos dá origem ao conceito, aglutinador, Amoldamento Social. Este, por sua vez, se ocupa do fenômeno social que dita o modo como os indivíduos formam suas consciências e atuam em suas vidas cotidianas.

Palavras-chave: Amoldamento Social; Alienação; Pseudoconcreticidade; Heteronomia; Miopia Espacial.

EL ORIGEN DEL CONCEPTO DE MOLEO SOCIAL

Abstract: El artículo en cuestión representa los conceptos de Alienación, Cotidiano Programado, Heteronomía y Miopía Social para explicar como el diálogo entre ellos da lugar al concepto unificador, Moldeo Social. Este, a su vez, se ocupa del fenómeno social que dicta la forma en que los individuos forman su conciencia y actúan en su vida cotidiana.

Palabras clave: Moldeo Social; Alienación; Pseudoconcreción; Heteronomía; Miopía Espacial.

¹Professora adjunta do curso de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, no Instituto de Estudos do Trópico Úmido - IETU. E-mail: sabrina.geo@hotmail.com

Introdução

Elaboramos o conceito “amoldamento social” na tese de doutorado “POR UMA GEOGRAFIA EM ATO: Reflexão, ação e subversão na produção do espaço no Movimento Ocupa”, submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio, em 2019, a fim de dar conta de um fenômeno que é parcialmente identificado por muitos autores e que se complexificou ainda mais na contemporaneidade.

Marx falava em alienação; Kosik, em pseudoconcreticidade; Lefebvre, em cotidiano programado; Castoriadis, em heteronomia; Lacoste em Miopia ou sonambulismo espacial. Para dar conta do objetivo da tese² se fez necessário ir a cada um desses conceitos e, percebemos que todos convergiam em uma mesma direção. Acreditamos que, hoje, os indivíduos estão submetidos a cada um desses processos simultaneamente, daí a necessidade de um conceito que pudesse abarcar todas essas concepções.

O conceito de amoldamento social faz referência aos processos e mecanismos que, de forma proposital ou não, moldam a forma como os sujeitos enxergam o mundo. Ou seja, moldam a consciência dos sujeitos, naturalizando fenômenos sociais, produzindo aceitação, conformismo e a (falsa) sensação de imutabilidade do sistema vigente. Escolhemos a palavra “amoldamento” justamente por significar “ajustar (-se) ao molde” e ter como sinônimo os seguintes termos: acomodação, adaptação, adequação, ajustamento, conformação.

Vamos então ao encontro de cada um dos conceitos-base que, juntos, originam o conceito “amoldamento social”.

Alienação

O conceito de alienação, desenvolvido por Marx, encontra-se disperso ou implícito em suas obras. Por isso, optamos analisá-lo através da

² Ver mais em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=52195@1>

interpretação de Mészáros (2016) que, em seu livro *A teoria da alienação em Marx*, faz o levantamento e a sistematização da concepção marxiana de alienação.

Postone (2014) também nos ajuda a compreender tal conceito, que apesar de não ser novo, elucida um traço bem latente da atualidade, devido à permanência do modo de produção capitalista.

Uma marca central do capitalismo, é que as pessoas não controlam sua própria atividade produtiva ou o que produzem, mas são, em última análise, dominadas pelos resultados dessa atividade. Essa forma de dominação é expressa como oposição entre indivíduos e sociedade, constituída como uma estrutura abstrata. A análise de Marx dessa forma de dominação é uma tentativa de basear e explicar o que, nos seus primeiros textos, ele chamou de alienação (POSTONE, 2014, p. 47).

A alienação está ligada aos fundamentos socioeconômicos da sociedade. E como bem expressa a citação acima, ela é um fenômeno inconsciente. Gerado por características próprias da sociedade capitalista e que tem como origem a alienação do trabalho. O trabalhador está alienado em sua atividade produtiva, na medida em que trabalha para outro e, conseqüentemente, não tem controle sobre o processo produtivo e nem é dono do produto final. Segundo Mészáros (2016):

O trabalho, que deveria ser uma propriedade *interior*, ativa, do ser humano, torna-se *exterior* ao trabalhador como resultado da alienação capitalista (...) Não é “atividade vital”, na qual o ser humano “afirma a si mesmo”, mas mero “meio para sua existência individual”, autonegação que “modifica sua *physis* e arruína seu espírito”. A alienação transforma a atividade voluntária em “trabalho obrigatório”, em atividade que é mero meio para atingir fins essencialmente animais (comer, beber, procriar) (...) Para piorar as coisas, até mesmo essa forma alienada de atividade – necessária ainda que para a mera sobrevivência – é muitas vezes negada ao trabalhador, porque “o trabalho se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções” (MÉSZÁROS, 2016, p. 145).

Essa ausência total de controle sobre sua atividade produtiva, incluindo aqui a possibilidade de estar empregado ou desempregado, reflete na forma como esse sujeito compreende o mundo. O trabalho se torna sinônimo de

submissão total ao empregador e o tempo livre se torna um simples momento de reposição das energias – para que seja possível suportar o trabalho. Isso significa que até mesmo o tempo livre está submetido ao trabalho. O efeito cognitivo que isso gera no indivíduo é o de estranhar, alienar os resultados do seu próprio trabalho. Ou seja:

A objetivação sob as condições em que o trabalho se torna exterior ao ser humano assume a forma de um poder estranho que confronta o ser humano de maneira hostil. Esse poder exterior, a propriedade privada, é “o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo”. Portanto, sendo resultado de um poder hostil, na realidade, o ser humano não pode “contemplar a si mesmo em um mundo criado por ele”, mas, sujeito a um poder externo e privado do sentido da sua própria atividade, ele inventa um mundo irreal, sujeita-se a ele e, conseqüentemente, restringe cada vez mais a sua própria liberdade (MÉSZÁROS, 2016, p. 146).

A propriedade privada capitalista se sustenta através da exploração do trabalho assalariado. Sem o proletariado (trabalhadores assalariados), o capitalismo acabaria. No entanto, os trabalhadores não são capazes de enxergar isso, devido à alienação do trabalho. A ausência de controle sobre sua atividade produtiva e também sobre a própria vida, cria a ilusão de que o capitalista é independente e que o trabalhador, se quer sobreviver, tem que se submeter às suas vontades.

Sendo assim, na consciência dos sujeitos que compõem essa sociedade, a realidade aparece de forma invertida, devido à forma como a produção é organizada. A alienação, por sua vez, é o processo que cria essas inversões na mente dos sujeitos, a partir de suas experiências individuais. A resultante desse processo é a naturalização de um fenômeno social. Trabalhadores e donos dos meios de produção, que têm suas consciências moldadas pela organização capitalista do trabalho, acabam acreditando que essa forma de sociedade é regida por alguma força exterior às suas práticas sociais. Logo, estaria fora de seu alcance alterar o atual estado de coisas. O trabalhador assume para si o papel de dominado, pois é incapaz de enxergar sua força real, limitando assim sua liberdade de ação.

Como pudemos observar, a alienação estabelece um tipo de círculo vicioso, onde a realidade cotidiana molda uma imagem invertida do mundo em nossa mente. Essa imagem, por sua vez, molda nossas ações no mundo, o que nos leva a agir dentro dos marcos da ordem vigente. Isso nos leva a questionar se é possível romper com esse ciclo. Para “Marx, a tarefa é *prática*: ela consiste em estabelecer uma sociedade em que as capacidades humanas não são alienadas do ser humano, não podendo, conseqüentemente, voltar-se contra ele” (MÉSZÁROS, 2016, p. 165).

Segundo a interpretação do autor, a desalienação é realizável na prática e ainda é uma tarefa que necessariamente deverá ser cumprida, para que se construa uma nova sociedade. Entretanto, ser necessária e possível não significa que essa superação vá ocorrer de forma simples ou rápida. Como o autor destaca:

O procedimento de Marx (...) enfatiza que a alienação da atividade produtiva só pode ser superada definitivamente na *esfera da produção*. A ação política só pode criar as condições gerais que não são idênticas à suplantação real da alienação, mas que são um pré-requisito necessário dela. O processo concreto de suplantação reside no futuro, bem adiante do período da ação política que estabelece as condições necessárias para dar início ao processo da transcendência positiva. (MÉSZÁROS, 2016, p. 120, grifo do autor).

A revolução, na concepção marxiana, é uma medida política que busca acabar com o controle que as classes dominantes exercem sobre o Estado. O objetivo, a princípio, é usar a máquina estatal para destruir o poderio econômico dos capitalistas. Ou seja, para superarmos a alienação, precisamos, em primeiro lugar, de uma radical transformação política e, depois, de uma reconfiguração socioeconômica. E mesmo depois de ultrapassar esses dois obstáculos, a desalienação, ainda “reside no futuro”.

Entendemos que o fato da desalienação ser o ápice de um longo processo de profundas transformações não altera, em nada, o fato de que existam grupos sociais que tencionam em direção ao reforço ou à destruição da alienação. De modo abstrato, podemos dizer que as classes que se beneficiam da forma de produção capitalista terão um interesse objetivo em

reforçar a alienação, já que ela produz dois efeitos práticos muito úteis na manutenção da ordem:

- I – Gera uma visão invertida da realidade na mente do sujeito;
- II – Inibe a reflexão crítica e a busca por soluções práticas radicais.

Os burocratas estatais e os capitalistas, apesar de também estarem alienados, extraem benefícios e privilégios da alienação geral da sociedade. Para manter esses privilégios, precisam garantir a manutenção da sociedade capitalista da forma mais eficiente que for possível, com um mínimo de perdas. Sendo assim, criam estratégias e mecanismos que reforçam a alienação já existente, formando verdadeiros obstáculos ao pensamento crítico e à ação radical. Como destaca Mészáros (2016):

Nenhuma sociedade pode persistir sem seu próprio sistema de educação. (...) as sociedades existem nas e por meio das ações de indivíduos particulares, que buscam realizar seus próprios fins. Conseqüentemente, a questão crucial para qualquer sociedade estabelecida é a reprodução exitosa de tais indivíduos cujos “próprios fins” não negam as potencialidades do sistema de produção predominante (MÉSZÁROS, 2016, p. 265).

A sociedade capitalista cria um sistema de educação que, usando como base firme os efeitos da alienação, inculca em cada indivíduo todo tipo de crenças e hábitos necessários à reprodução dela mesma. É importante esclarecer que, para Mészáros (2016), a educação formal, composta principalmente pelas instituições de ensino, é apenas uma parte do sistema geral de educação ou internalização de uma sociedade. Não é apenas numa sala de aula que o sujeito aprende a seguir as regras e a assimilar os valores de uma sociedade. O contato social, o assédio moral do supervisor, a violência da polícia, o moralismo da igreja são todas formas suplementares e informais do sistema de educação.

Assim, além de reproduzir em uma escala ampliada as múltiplas *habilidades* sem as quais a atividade produtiva não poderia ser levada a cabo, o complexo sistema educacional da sociedade também é responsável por produzir e reproduzir o quadro de referência dos *valores*, dentro do qual os indivíduos particulares definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalisticamente reificadas não se perpetuam *automaticamente*. Elas são bem-sucedidas nisso apenas porque os indivíduos

particulares “*interiorizam*” as pressões exteriores: eles adotam as perspectivas globais da sociedade de mercadorias como se fossem os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É procedendo assim que os indivíduos particulares “contribuem para manter uma concepção de mundo” e uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde à concepção de mundo (MÉSZÁROS, 2016, p. 265).

Podemos dizer então que o sistema de educação ou internalização tem por objetivo garantir que cada indivíduo da sociedade tenha sua consciência “capitalisticamente” moldada.

Pseudoconcreticidade

Segundo Kosik (1969), o mundo contemporâneo é o mundo da pseudoconcreticidade, onde as práticas utilitárias e fetichistas (alienadas e alienantes) são (re)produzidas no e pelo sistema econômico vigente. Nas palavras do autor:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, seu imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade* (KOSIK, 1969, p. 15).

Dialogando com o autor, Ciavatta (2014, p. 207), define com suas palavras o mundo da pseudoconcreticidade, explicando-nos que o conceito de Kosik (1969) nos remete ao “mundo dos fenômenos externos, que revelam a superfície dos processos, a práxis fetichizada e o mundo das representações, que não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens”.

A autora se apoia na teoria do filósofo para que, a partir dos conceitos de essência e aparência, possa chegar ao conceito de mediação. Ciavatta (2014) utiliza o exemplo da pista de pouso no meio da floresta e explica-nos a diferença entre meio e mediação, categorias fundamentais para entendermos como se dá nosso contato imediato com a realidade. Contato este que, segundo Kosik (1969), dá-se parcialmente, apenas na aparência, no que se mostra à vista.

Ciavatta (2014) explica-nos que a pista no meio da floresta é tanto meio, quanto mediação. A pista é um meio à medida que se apresenta como um recurso, um caminho, mas não se esgota em suas características imediatamente perceptíveis. A autora salienta que:

Em um sentido menos claro e menos perceptível está o processo de escolha do local da pista, os estudos fotogramétricos para sua localização, as técnicas empregadas para rasgar o seio da floresta e, em outro nível de reflexão, a necessidade da pista, os sujeitos que a demandaram, os habitantes da floresta que souberam ou não souberam do projeto em curso, concordaram ou não concordaram com a sua abertura, o significado da pista para eles e para o etnólogo, as consequências de todo esse processo (CIAVATTA, 2014, p. 207).

Cada uma dessas questões levantadas pela autora não pode ser respondida pela simples observação da pista, por sua aparência. “Esse segundo nível de problema (...) é o mundo das mediações, dos processos sociais (econômicos, técnicos, políticos, ambientais, científicos, etc.), da essência oculta do fenômeno” (CIAVATTA, 2014, p. 208).

Visto que, no mundo da pseudoconcreticidade, a “coisa em si” não se revela imediatamente ao homem, para ir além da aparência do fenômeno é necessário um certo esforço. No entanto, Kosik (1969) revela que a atitude primordial do homem frente a realidade não é a de um sujeito cognoscente, ou seja, de alguém que analisa a realidade, pois esta não se apresenta como algo a ser examinado e compreendido teoricamente. O homem, na verdade, aparece como um ser objetivo e prático que age conforme seus interesses imediatos. Assim, a relação entre o indivíduo e as coisas dá-se no plano prático-utilitário, onde o mesmo “cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade” (KOSIK, 1969, p. 14). Dessa maneira, o indivíduo se afasta da essência, da “coisa em si”, da compreensão da realidade, pois segundo o autor, compreender o fenômeno é atingir a sua essência.

Segundo Kosik (1969), pertencem ao mundo da pseudoconcreticidade:

O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à parte dos processos realmente essenciais; O mundo do tráfico e da

manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a prática crítica revolucionária da humanidade); O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens. (KOSIK, 1969, p. 15).

Trabalhando com as categorias essência e aparência, o autor afirma que “o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (KOSIK, 1969, p. 15). O fenômeno manifesta a essência porque é uma parcela dela, mas simultaneamente a esconde, porque nunca revela o todo, somente parcelas. Assim, a coisa em si foge a percepção imediata. Isso está atrelado à forma como a sociedade se organiza, que conduz as pessoas a viverem o cotidiano de um determinado modo. Essa vida cotidiana produz representações (aparência, superficial) que passam à ideia de naturalidade daquela vida cotidiana. Essas representações são diferentes da essência da realidade. Logo, o mundo apresentado ao homem não é o mundo real, mas o mundo das aparências. É nesse sentido que:

A *práxis* utilitária cotidiana cria “o pensamento comum” – em que são captados tanto a familiaridade com as coisas e o aspecto superficial das coisas quanto a técnica de tratamento das coisas – como forma de seu movimento e de sua existência. O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na práxis fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a “consistência” e a “validade” do mundo real: é “o mundo da aparência” (Marx). A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas *petrificadas* (KOSIK, 1969, p. 19).

No mundo da pseudoconcreticidade, o aspecto fenomênico da coisa é tomado como sendo a própria essência – o que leva ao desaparecimento da diferença entre o fenômeno e a essência. Todavia, se desejamos chegar a coisa em si, à sua estrutura, é necessário que, antes de mais nada, tenhamos a consciência de que “existe algo suscetível de ser definido como estrutura da coisa, essência da coisa, “coisa em si”, e de que existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente” (KOSIK,

1969, p. 17). Afinal, se um indivíduo busca a descoberta de uma verdade é porque pressupõe a existência de uma verdade oculta, ou seja, a existência da coisa em si.

Kosik (1969) atribui à ciência e à filosofia o trabalho de desvelar os fatos e fenômenos, pois dado que a coisa em si não se manifesta diretamente aos indivíduos, ela precisa ser descoberta através de um dado processo. Nas palavras do autor: “se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis” (KOSIK, 1969, p.17). Contudo, não é qualquer ciência ou filosofia que é capaz de ultrapassar o mundo da pseudoconcreticidade. Alguns métodos ficam apenas no nível dos fenômenos e por isso mesmo são incapazes de separar o essencial do secundário e, conseqüentemente, de compreender a estrutura das coisas. Essa incapacidade os prende ao mundo das aparências. Como forma de evitar esse tipo de problema, o autor propõe a dialética como um método de estudo dos fenômenos, acreditando que partindo de uma perspectiva dialética seríamos capazes de conhecer a coisa em si. Afinal,

A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma de suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração” em uma concepção dialética têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa (KOSIK, 1969, p. 18).

Kosik (1969) acredita que a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a coisa em si, a realidade – que para o autor é o mundo da práxis humana. Logo, o mundo real não é o mundo de objetos reais fixados, onde a verdade encontra-se pronta e acabada. Ao contrário, “o mundo da realidade é o mundo da *realização* da verdade, é o mundo em que a verdade não é dada e predestinada, não está pronta e acabada, impressa de forma imutável na consciência humana: é o mundo em que a verdade *devêm*”. (KOSIK, 1969, p. 23). Daí o autor afirmar que a história humana pode ser a história da verdade e que a “destruição da pseudoconcreticidade significa que a

verdade não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz: logo, se desenvolve e se realiza” (KOSIK, 1969, p. 23).

Cotidiano Programado

Lefebvre (1991) atribui grande importância ao estudo da vida cotidiana, pois este nos auxiliaria a entender como se estabelecem as relações entre os indivíduos, os determinismos, as formas de opressões e os inúmeros elementos impostos pela ideologia da classe dominante, que condicionam e moldam a vida do homem (mulher). Para isso, Lefebvre (1991) separa a vida cotidiana (realidade concreta, real) da Filosofia (ideal), que serviria para descrever, analisar e criticar o cotidiano.

O método utilizado por Lefebvre inclui a análise crítica e a denúncia social da vida cotidiana do homem comum, com o intuito não só de compreender o grau de condicionamento e subordinação das massas frente às imposições do Estado e dos capitalistas, mas também de construir uma teoria que auxiliasse a unificação das lutas (universal) no combate à ordem estabelecida. Segundo MOREAUX (2013, p. 27), “uma perspectiva sobre a crítica da vida cotidiana permite, em Geografia, testemunhar as assimetrias de poder que têm como consequência aniquilar a liberdade de ação efetiva de numerosos indivíduos”.

Em sua obra, *A vida cotidiana no mundo moderno*, Lefebvre (1991) revela que o Estado e os capitalistas adquiriram um forte poder de domínio sobre o cotidiano da população. Diante disso, a vida cotidiana aprofunda a alienação dos indivíduos, tornando-os passivos e infelizes. O controle sobre o cotidiano aumenta o poder de exploração, opressão e dominação ideológica das classes dominantes sobre toda a sociedade. Todos os âmbitos da vida das massas passam a ser observados e manipulados para atender à interesses externos. Fora o óbvio incremento da exploração (tempo livre tomado pelo consumismo) e da opressão (a substituição da privacidade pelas câmeras de vigilância) essa situação ocasiona um aprofundamento intencional da alienação, que é produzida inconscientemente.

No cotidiano programado, os sujeitos apresentam extrema dificuldade de refletir sobre seus atos e motivações e também sobre o espaço que os cercam. Como aponta Lefebvre:

(...) A alienação adquire um sentido profundo. Ela afasta o cotidiano de sua riqueza. Dissimula esse lugar da produção e da criação humilhando-o e recobrando-o com o falso esplendor das ideologias (...) a alienação social transforma a consciência criadora (...) numa consciência passiva e infeliz (LEFEBVRE, 1991 p. 40).

O cotidiano é a instância em que as condições de manutenção da sociedade são produzidas e reproduzidas diariamente e, por isso, teoricamente, é onde se poderia perceber as contradições e desigualdades de maneira mais evidente. O cotidiano se materializa no espaço, que é o reflexo material da produção e reprodução da sociedade. Logo, de certa forma, é o local onde as limitações dessa sociedade deveriam “saltar aos olhos”. No entanto,

Em paralelo deste cotidiano programado, nos tornamos cúmplices da perpetuação das relações de poder estabelecidas. Parece ainda mais difícil lutar contra essa perpetuação do Capital através dos atos cotidianos na medida em que os menores aspectos do cotidiano tornam-se apropriados na lógica mercantil de acumulação (MOREAUX, 2013, p. 27).

Na contemporaneidade, os sujeitos, tendo suas vidas programadas, apresentam grande dificuldade de conceber, de refletir e de se indagar sobre a sua vida e o espaço que vivenciam. Essa falta de reflexão sobre o que acontece à sua volta e também sobre seus próprios hábitos, comportamentos e crenças perpassa e atinge todas as instâncias da vida.

Não temos diante de nós apenas o recorte e a organização do cotidiano, mas também a sua *programação*. A sociedade burocrática de consumo dirigido, segura de suas capacidades, orgulhosa de suas vitórias, está se aproximando do seu objetivo. Sua finalidade, meio consciente, meio inconsciente, até aqui, torna-se transparente: a cibernetização da sociedade pelo caminho do cotidiano. (LEFEBVRE, 1991, p. 72, grifo do autor).

O filósofo francês chama-nos atenção para a organização e programação do cotidiano voltada, essencialmente, para a questão dos bens de consumo. O que se deu devido às:

(...) exigências da modernidade, de uma sociedade que precisava se adequar ao momento histórico que estava vivenciando. Para tal, cabia à classe dominante o controle do tempo e a regulação das relações sociais, mantendo em alta a ideologia do consumo como fim em si mesmo. (ROCHA, 2012, p. 52).

Ou seja, adequou-se o cotidiano à modernidade. Segundo Lefebvre,

O cotidiano, no mundo moderno, deixou de ser 'sujeito' (rico de subjetividade possível) para se tornar 'objeto' (objeto da organização social). Enquanto objeto da reflexão, longe de desaparecer (o que poderia ter acontecido se o movimento revolucionário tivesse obtido sucesso), ele, ao contrário, se reafirmou e se consolidou. (LEFEBVRE, 1991, p. 68) (grifo do autor).

Dessa forma, Lefebvre (1991, p. 68) ressalta várias vezes que “não existe escolha entre modernidade e cotidianidade”. O conceito de cotidiano apenas se modifica e isso o confirma e o reforça. O cotidiano deixa de ser sujeito, pois quando há uma programação a ser seguida, pouco espaço sobra para a subjetividade, a criatividade ou qualquer ato espontâneo. Instaurou-se no imaginário social que há um roteiro a ser seguido e que, somente assim, é possível se alcançar a satisfação ou a felicidade que neste contexto são sinônimos de consumo. Só é pleno aquele que pode consumir. E consumir constantemente. Afinal, a obsolescência programada não atinge apenas a vida útil de certos produtos, mas também o nível de satisfação de cada consumidor frente às novidades que rapidamente tornam objetos ultrapassados e desejos antigos frustrados.

Lefebvre (1991) conceitua a sociedade francesa da época enquanto “sociedade burocrática de consumo dirigido”, explicando que, dessa forma, evidencia-se “(...) tanto o caráter racional dessa sociedade, como também os limites dessa racionalidade (burocrática), o objeto que ela organiza (o consumo no lugar da produção) e o *plano* para o qual dirige o seu esforço a fim de

assentar sobre o cotidiano” (LEFEBVRE, 1991, p. 68). O autor segue explicando que:

Não é o consumidor nem tampouco o objeto consumido que têm importância nesse mercado de imagens, é a representação do consumidor e do ato de consumir, transformado em arte de consumir. Ao longo desse processo de substituição e de deslocamento ideológicos, conseguiu-se afastar e até apagar a consciência da alienação, acrescentando-se alienações novas às antigas. (LEFEBVRE, 1991, p. 64).

Dito de outra forma, “por absorver o indivíduo, o cotidiano imprime-lhe as determinações da vida moderna, imprime a operários, a empregados e a técnicos a cultura do consumo, o consumo de todos os bens materiais resultantes ou não das necessidades básicas do homem” (ROCHA, 2012, p. 50).

Ao buscar respostas para as nossas questões iniciais nos deparamos com tantas outras que requerem pesquisas. Sendo assim, percebemos que ainda temos a necessidade de aprofundar nossa bases teórico-metodológicas para pensar a inclusão no ensino de geografia. Neste respeito, temos de retornar nossas leituras em Vigotski e ampliarmos no sentido de entender sobre imaginação, criatividade e consciência. Em nossa agenda temos de incluir reflexões sobre o sentido da educação como um todo e da inclusão na educação em particular em virtude das últimas políticas para educação propostas nos anos de 2019 e 2020, respectivamente, através da Base Nacional Comum para a educação e do Plano Nacional para a Educação Especial. Estas políticas vêm no sentido de esvaziar conquistas que foram construídas nos últimos 50 anos. Isto posto, temos que defender a educação e a inclusão que queremos pensando em uma sociedade menos injusta. Paralelamente a esta luta, temos de buscar entendimento sobre as noções de saber, conhecimento, cientificidade. Existe só um modelo de cientificidade, o modelo acadêmico? Ainda, temos que entender as noções de diferença, diversidade, desigualdade pois são estas que embasam as discussões sobre

inclusão que defendemos e podem apontar para outro(s) paradigma(s) que não seja o da modernidade. Como a perspectiva histórico-cultural nos ajuda a entender estas noções nos conferem base para uma prática inclusiva? A partir de tais iniciativas, pretendemos estabelecer convênio com algumas das secretarias municipais de educação da Baixada Fluminense, buscar capacitação nos institutos que são referência, o IBC e o INES e estabelecer proximidade e trocas com associações e fóruns de discussão a respeito da inclusão no ensino escolar.

Heteronomia

Cornelius Castoriadis se utiliza dos conceitos de autonomia e heteronomia a fim de elucidar a dinâmica entre a manutenção e a transformação da sociedade. O autor revela-nos que comumente, ao longo da história da humanidade, o indivíduo tem sido formado em heteronomia – que pode ser entendida como determinações externas. Em contraponto à heteronomia, encontra-se a autonomia - que configura-se como o domínio do consciente sobre o inconsciente.

De acordo com Souza (2017):

Voltando à conceituação de autonomia oferecida por Cornelius Castoriadis, é preciso diferenciar, a propósito dela, entre a autonomia individual e a autonomia coletiva. Ocorre que, como Castoriadis mais de uma vez ressaltou, não há indivíduos autônomos em qualquer sentido politicamente digno de nota, sem uma sociedade autônoma (...) A autonomia individual se refere, resumidamente, ao que poderia se chamar de a capacidade de indivíduos adultos para estabelecer, lucidamente, fins (...) para sua própria existência. (...) a autonomia coletiva se fundamenta em instituições que permitam justamente, que venham a existir indivíduos autônomos, livres e educados para a liberdade – e que animem e defendam essas instituições (SOUZA, 2017, p. 311-312).

Desse modo, vemos que a diferenciação de autonomia e heteronomia é estabelecida em relação ao poder de legislar ou deliberar, sobre si próprio. Apesar de possuímos certa capacidade individual de decidirmos por nós mesmos, de acordo com nossos interesses, muitas vezes, esse processo é interrompido e desviado por fatores exteriores. “Ao longo desse processo,

pulsões são sublimadas e os indivíduos vão sendo ‘fabricados’ ao serem ‘modelados’ por diversas camadas de injunções e condicionamentos propriamente sociais” (SOUZA, 2017, p. 317). As instituições da sociedade impõem padrões de comportamento e esses padrões podem ir, ou não, ao encontro dos hábitos e interesses do indivíduo em questão. Contudo, ao se passar anos vivendo sob as mesmas instituições, existe uma grande tendência a adaptar-se para sobreviver. Nesse caso, adaptar-se significa aceitar, como seus, interesses exteriores, impostos por estas instituições.

O que existe então é uma luta de “vontades”. De um lado, a luta individual e, do outro, a institucional. Uma luta que visa à autodeterminação de um polo e à consequente submissão do outro. Nesse sentido, poderíamos dizer que a questão pode ser reduzida à questão do poder. Souza (2015), salienta que:

Para Castoriadis, a visão de uma sociedade sem nenhum poder e sem leis/normas é uma “ficção incoerente”; o que faz sentido, para ele, é empenhar-se na luta por uma sociedade sem dominação, sem assimetrias estruturais e sem hierarquias instituídas e sancionadas por um aparelho de Estado (cristalização de uma separação estrutural entre dirigentes e dirigidos) (SOUZA, 2015, p. 82-83).

Ou seja, Castoriadis (1982) não vê sentido em uma sociedade sem nenhuma forma de autoridade ou poder, como geralmente é retratada uma possível sociedade anarquista – o que de modo algum significa que uma sociedade sem qualquer forma de autoridade é uma fantasia, devemos, logicamente, adaptar a atual situação de extrema disparidade de poder, onde poucos mandam e muitos se submetem.

(...) Cornelius Castoriadis sublinhou a necessidade de um entendimento mais abrangente do que seja o poder. (...) O poder pode, com efeito, ser heterônomo, ou seja, ter haver com a *heteronômia*, com a imposição do *nómos* de cima para baixo ou de fora para dentro, inclusive com o respaldo decisivo daquilo que, em contraste com o “poder explícito” (*pouvoir explicite*), Castoriadis denominava “infrapoder implícito” (*infrapouvoir implicite*) – crença em leis e normas de “origem divina”, em tabus religioso, em determinismo naturais; enfim, em fontes *extrassociais* do poder (SOUZA, 2015, p. 60).

Como podemos ver, com essa nova concepção de poder, a antiga dicotomia entre a submissão e a autoridade externa ou o sonho irrealizável se dilui numa nova oposição entre instituições dominadoras, que subjagam os indivíduos, ou instituições submetidas a indivíduos autodeterminados. A verdadeira liberdade, consistiria em ter poder sobre si próprio e sobre as instituições e não o inverso. Para o autor, “a liberdade é antes de tudo o caráter que tem minha ação de ser determinada, na sua existência e no seu conteúdo, por mim [autonomia], enquanto que a ausência de liberdade reside no fato de que minha conduta é determinada por outros que não eu mesmo [heteronomia]” (LOBO, 2011, p.139). Em outras palavras, a heteronomia está ligada à:

(...) adoção maciça de crenças sociais e por uma cisão na relação entre sua imaginação radical e sua consciência. Isso conduz a um fechamento (...) do sentido. Baseada em uma completa repressão e na crença como um tipo de pensamento, a heteronomia individual é o correlato e a consequência da heteronomia de parte da sociedade (LOBO, 2011, p. 44).

Mergulhados em um profundo processo de heteronomia, a sociedade toma para si um conjunto de leis e valores, sem sequer conhecer sua fonte social. Ou seja, cada indivíduo toma para si determinações externas, cuja natureza, na maior parte das vezes, ele desconhece. “Se à autonomia, à legislação ou à regulação por si mesma, opomos a heteronomia, a legislação ou a regulação pelo outro, a autonomia é minha lei, oposta à regulação pelo inconsciente, que é uma lei outra, a lei do Outro, que não eu” (CASTORIADIS, 1982, p.124). Logo, a heteronomia dá lugar à autonomia quando o discurso do outro passa a ser discurso próprio. Não que o discurso do outro seja eliminado. O que ocorre é o estabelecimento de uma outra relação entre os discursos. Redefine-se as determinações externas de acordo com os valores e interesses próprios.

A situação atual de nossa sociedade, de dominância do capital mundial, foi caracterizada por Castoriadis como “como sendo de anemia criativa, de embrutecimento e estupidação, de ‘conformismo generalizado’” (SOUZA, 2017, p. 345). Uma realidade de heteronomia extrema, onde por todos os lados

a autodeterminação do indivíduo é minada pela repressão das pulsões, pela ingerência das instituições, pela adaptação do indivíduo às vontades exteriores que ele desconhece.

Miopia ou sonambulismo espacial

Em sua obra *A Geografia- Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, Lacoste (2014) inicia o debate acerca da importância e utilidade dos conhecimentos geográficos. O autor destaca que, apesar da grande potencialidade inerente à Geografia, esta recebe um tratamento rebaixado frente a seu valor pela grande maioria da população – fato que Lacoste (2014) denomina como miopia ou sonambulismo espacial. Essa miopia ou sonambulismo caracteriza-se, principalmente, pela falta de conhecimento e interesse do homem comum pelos fenômenos geográficos. O geógrafo francês destaca que:

É preciso, pois, procurar quais podem ser as causas dessa miopia, dessa falta de interesse em relação aos fenômenos geográficos e, sobretudo, compreender por que seu significado político escapa geralmente a toda gente, salvo aos estados-maiores militares ou financeiros que, estes sim, estão perfeitamente conscientes (LACOSTE, 2014, p. 41).

Para Lacoste (2014), apenas o Estado e os capitalistas escapariam a esse sonambulismo espacial, pois reconheceriam a utilidade dos conhecimentos geográficos, utilizando-os em seu próprio benefício e adquirindo vantagens sobre os demais indivíduos e territórios. Além disso, estes, também seriam beneficiados por possuírem uma visão articulada do espaço enquanto o homem (mulher) comum possui uma visão fracionada. Segundo o autor, os cidadãos comuns:

Só se conhecem bem dois lugares, dois bairros (aquele onde se dorme e aquele onde se trabalha); entre os dois existe, para as pessoas, não exatamente todo um espaço (ele permanece desconhecido, sobretudo se é atravessado dentro de um túnel ou metrô, mas, melhor dizendo, um tempo, o tempo de percurso, pontuado pela enumeração dos nomes de estações. (LACOSTE, 2014, p. 44).

Por serem os principais detentores do poder, o Estado e os capitalistas possuem uma visão integrada do espaço, dada pela intervenção articulada em vários lugares. A população, em geral, ficaria com sua visão limitada aos lugares abarcados em sua vivência cotidiana. Essa visão fragmentada do espaço contribui para a miopia espacial à medida que o cidadão comum não consegue fazer uma leitura geográfica elaborada das relações sociais e da produção do espaço. Nessa visão limitada, acabamos encarando os problemas como pontuais. Há uma incapacidade de articular vários acontecimentos dispersos no espaço, o que impede o cidadão comum de formular análises gerais e que dificulta também a compreensão das relações entre acontecimentos de diferentes escalas.

Lacoste (2014) esclarece-nos ainda sobre um outro fator determinante ao sonambulismo espacial, a existência de duas Geografias: A Geografia dos professores e a Geografia dos Estados-Maiores. A difusão da chamada Geografia dos professores deu-se na forma de um discurso pedagógico de caráter enciclopédico, que exaltava a memorização de elementos isolados, como vegetação, clima e relevo, negligenciando a trama política de tudo que dizia respeito à produção e à reprodução do espaço. Em âmbito militar, os oficiais também enumeram diversos elementos como relevo, vegetação, rios e população. A diferença fundamental está no fato de que eles sabem para o que pode servir esse conhecimento, ao passo que alunos e muitos professores desconhecem.

Cabe destacar que esse ocultamento, segundo Lacoste (2014), não resulta de um projeto docente espontâneo e intencional. “Se eles participam da mistificação, eles próprios são mistificados” (LACOSTE, 2014, p. 34). Além disso, o autor enfatiza que a Geografia dos professores não é o único mecanismo ideológico capaz de dissimular que o conhecimento referente ao espaço é um temível instrumento de poder. Em alguns países o ensino de Geografia nem mesmo faz parte do currículo da Educação Básica, como é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos.

Lacoste (2014) afirma que dentre as muitas formas de representação do espaço, a Geografia, também se tornou espetáculo, onde a ideologia do turismo faz dela uma das formas de consumo de massa. Por trás disso há todo um condicionamento cultural que nos “coloca em posição de passividade, de contemplação estética, e que repele para ainda mais longe a ideia de que alguns podem analisar o espaço segundo certos métodos” (LACOSTE, 2014, p. 35) a fim de elaborar novas estratégias, tirando proveito disso a seu favor. Seja a Geografia dos professores ou a Geografia-espetáculo, ambas levam aos mesmos resultados:

1-Dissimular a ideia de que o saber geográfico pode ser um poder, que certas representações do espaço podem ser meios de ação e instrumentos políticos; 2- Impor a ideia de que o que vem da geografia não deriva de um raciocínio, sobretudo nenhum raciocínio estratégico conduzido em função de um jogo político. A paisagem! Isso se contempla, isso se admira: a lição de geografia! Isso se aprende, mas não há nada para entender. Uma carta! Isso serve para quê? É uma imagem para agência de turismo ou o traçado do itinerário das próximas férias. (LACOSTE, 2014, p. 35)

Acompanhando a argumentação de Lacoste (2014) começamos a compreender as causas por trás do sonambulismo espacial, visto que a Geografia escolar é a principal ponte de acesso do homem ordinário aos conhecimentos geográficos e, esta, pouco contribui para a formação de uma consciência espacial. Mas como o autor deixa claro, essa miopia ou sonambulismo não se dá de forma totalmente generalizada. A Geografia é tida como um saber estratégico para muitos Estados e em alguns deles chegou-se a reservar mapas e documentos estatísticos apenas a seus dirigentes. O autor relata que na antiga União Soviética os alunos de Geografia faziam seus trabalhos sobre cartas fictícias. No entanto,

(...) na maioria dos países de regime democrático, a difusão de cartas, em qualquer escala, é completamente livre, assim como as do plano da cidade. As autoridades perceberam que poderiam colocá-las em circulação, sem inconveniente. Cartas, para quem não aprendeu a lê-las e utilizá-las, sem dúvida, não tem qualquer sentido, como não teria uma página escrita para quem não aprendeu a ler. Não que o aprendizado da leitura de uma carta seja uma tarefa difícil, mas é ainda preciso que se veja o interesse em práticas políticas e militares (LACOSTE, 2014, p. 38).

De fato, esse analfabetismo cartográfico contribui e muito para o aprofundamento desse sonambulismo. É difícil se interessar por aquilo que não conseguimos compreender. Então num primeiro momento poderia se pensar: deixem as cartas para os militares! Afinal, ao homem comum pouco interessa estratégias de guerra. No entanto, quando Lacoste (2014) afirma que a Geografia serve à guerra, isso não significa que ela serve somente para isso. O autor chama atenção para suas funções ideológicas e políticas, uma vez que, além de conduzir operações militares, a Geografia serve para organizar territórios, “não somente como previsão das batalhas (...) mas também para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade” (LACOSTE, 2014, p. 23).

Se, no entanto, o analfabetismo cartográfico possui sua parcela de culpa, a falta de interesse nas práticas políticas e militares torna-se fator determinante do sonambulismo espacial. Sofre-se de uma despolitização, onde no imaginário social permanece ainda em larga escala a noção de que a política restringe-se ao trabalho dos políticos quando, na verdade, a política perpassa todas as esferas da vida. Tudo que gera lucro ou que garante a segurança da apropriação privada do lucro é do interesse do Estado e dos capitalistas. Permanecer alheios a essas questões, no mínimo, dificulta as análises que nos revelam as melhores formas de intervenção para lutar pelos interesses das classes dominadas.

Saindo da escala de atuação militar, para focarmos especificamente na escala da cidade, os questionamentos levantados por Lacoste (2014) parecem ganhar ainda mais relevância, pois os problemas que aí se colocam afetam diretamente a vida cotidiana da população.

Numa outra escala, a dos problemas que se colocam na cidade, é surpreendente constatar a que ponto os habitantes (e mesmo os mais preparados politicamente) se acham incapacitados de prever as consequências desastrosas que acarretarão tal plano de urbanismo, tal empresa de renovação, que no entanto, lhes concerne diretamente. As municipalidades, os promotores estão agora tão conscientes dessa incapacidade que eles não hesitam mais em praticar o “acordo” e de apresentar os planos dos futuros trabalhos, pois as objeções são raras e fáceis de iludir. Deveras, as representações espaciais só tem verdadeiro significado para aqueles

que as sabem ler, e esses são raros; dessa forma, as pessoas não irão perceber até que ponto foram enganadas, senão após o término dos trabalhos, quando as modificações se tornarem irreversíveis, em boa parte. (LACOSTE, 2014, p. 40)

Se é necessário um conhecimento, ainda que mínimo, para saber ler e interpretar uma carta, o mesmo acontece quando deslocamos nosso interesse para os planos de urbanismo de uma cidade. A capacidade do homem ordinário para analisar e compreender tais projetos é tão pífia que normalmente não há sequer o interesse em conhecer tais projetos. E quando se toma conhecimento, não há poder de análise suficiente para saber quais impactos serão gerados para cada segmento social.

Para exemplificarmos um pouco essa questão, podemos citar o projeto de construção de um mega-shopping no município de Duque de Caxias, zona metropolitana do Rio de Janeiro. O conhecimento da chegada de um novo shopping é encarado por grande parte da população como um fator positivo. Um shopping traz consigo as representações de desenvolvimento e prosperidade. Apenas uma pequeníssima parcela da população, engajada em movimentos sociais, é contra a construção do empreendimento devido aos possíveis impactos que sofreria a cidade, como falência de comerciantes locais, saturação do trânsito, agravamento do problema de falta de água, dentre outros. É justamente nesse sentido que queremos destacar a questão da miopia e do sonambulismo espacial. Como um fenômeno que atinge grande parte da população e que contribui para a aceitação e manutenção do atual estado das coisas.

Considerações finais

Procurando criar uma concepção unificada dos conceitos: alienação, pseudoconcreticidade, heteronomia, cotidiano programado e sonambulismo espacial, chegamos a um conceito unificador, *amoldamento social* - termo que nos parece adequado para englobar um fenômeno bem presente na contemporaneidade. Ao colocar em diálogo os cinco conceitos apresentados, identificamos que todos, cada um à sua maneira, convergem para um mesmo

eixo central: a total falta de sentido da vida, ou ainda, uma espécie de crise cognitiva, preguiça (DISSONÂNCIA) intelectual. Em “*A sociabilidade do homem simples*”, Martins (2017, p. 09) também se propõe a “tratar da vida social do homem simples e cotidiano, cuja existência é atravessada por mecanismos de dominação e de alienação, que distorcem sua compreensão da História e do próprio destino”.

Os indivíduos seguem suas rotinas, mas falta algo. Algo que dê sentido a cada uma das tarefas realizadas cotidianamente. Por isso, chamamos atenção para o fato dos indivíduos não fazerem autocrítica. Quando fazem, nem sempre conseguem chegar ao cerne da questão. De certa forma, “todos nós somos esse homem que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido” (MARTINS, 2017, p. 09). Temos aí um indivíduo alheio às suas próprias motivações. Alheio às próprias causas que guiam o seu pensar (ou não pensar) e o seu agir. Um indivíduo que vai seguindo uma espécie de roteiro, sem saber e que toma para si um conjunto de crenças e valores alheios que determinam a sua conduta. Um sujeito que é moldado desde a infância até a velhice. Vivemos um período de desumanização do homem, onde este aparece cada vez mais coisificado, banalizado e manipulado, moldado.

Nesse sentido, entendemos por amoldamento social todo o conjunto de processos e mecanismos que, de forma proposital ou não, moldam a forma como os sujeitos enxergam e agem no mundo. Ou seja, processos e mecanismos que moldam a consciência dos sujeitos, naturalizando fenômenos sociais, produzindo aceitação, conformismo e a (falsa) sensação de imutabilidade do sistema vigente. “Submetidos à sociabilidade do capital, interiorizamos as relações de poder na forma de uma representação que as toma como naturais e imutáveis.” (IASI, 2013, p. 42):

A naturalização dos diversos fenômenos sociais, apontada por Iasi (2013) e também por Kosik (1969), ao tratar do mundo das aparências no qual vivemos, sem dúvida, é uma das principais características do amoldamento social. Escolhemos a palavra “amoldamento” justamente por significar

“ajustar-se ao molde” e ter como sinônimo os seguintes termos: acomodação, adaptação, adequação, ajustamento, conformação.

Quando se fala em classes dominantes e dominadas, pode parecer que está se falando de algo mais articulado do que realmente é. Que está sendo dito que por trás de todo o aumento no preço do feijão existe um complô dos políticos com os ricos e os bancos estrangeiros. Todos se sentam em volta de uma mesa a meia luz enquanto tomam champanhe e riem da miséria dos pobres. No entanto, quando substituímos as fantasias pela análise crítica, vemos que muitos dos efeitos da dominação de classe no capitalismo fogem ao controle da própria classe dominante.

“Na análise de Marx, a dominação social no capitalismo, no seu nível mais fundamental, não consiste na dominação das pessoas por outras pessoas, mas na dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas constituídas pelas próprias pessoas” (POSTONE, 2014, p. 46). Concordamos com a análise de Marx, principalmente no que diz respeito à natureza elementar da alienação. No entanto, acreditamos que a classe dominante consegue reforçar a alienação das classes dominadas.

Existem então duas formas de se moldar o pensamento do sujeito, uma é intencional e a outra não intencional. A forma não intencional é, na verdade, inconsciente e está ligada aos fundamentos socioeconômicos da sociedade, sendo esta, a própria alienação. A alienação é inerente ao capitalismo e atinge a todos, independentemente de sua classe social. A forma intencional, por sua vez, diz respeito às tentativas propositais de se moldar a consciência dos sujeitos para que se adaptem melhor aos interesses das classes dominantes.

O fato de que no capitalismo toda a sociedade funcione para beneficiar apenas os donos do capital, acaba por alienar a sociedade por inteiro. Todos os sujeitos dessa sociedade têm a sua forma de ver o mundo influenciada por esse fato. É importante salientarmos que a alienação, além de afetar a todos, não foi “criada” intencionalmente por ninguém. No entanto, é possível aproveitar-se desse processo já existente - a alienação - para criar estratégias que reforcem ou direcionem essa alienação. Com o conceito de amoldamento

social, pretendemos tratar, simultaneamente, tanto das formas intencionais, como das não intencionais, pois, a nosso ver, ambas estão em conexão.

O amoldamento social, seja ele intencional ou não, está relacionado estreitamente com a organização do espaço. O modo de funcionamento socioeconômico de uma sociedade está materializado no espaço que ela produz. Por consequência, a própria configuração do espaço molda a nossa forma de entender o mundo. A revitalização de certas áreas da cidade e o consequente processo de gentrificação, por exemplo, deixam claro para toda população o tipo de público que deve ou não frequentar determinada área. Aí, sem dúvida, a dominação simbólico-ideológica tem um papel fundamental.

No que se refere à dominação simbólico-ideológica, iremos nos apoiar em Aguiar (2012), que trabalha com diversos modos possíveis de dominação simbólica. O autor afirma que “Marx e Engels definem a burguesia como a classe economicamente dominante (...), mas também assumem-na como classe ideologicamente dominante” (AGUIAR, 2012, p. 66). Partindo dessa premissa, Aguiar (2012) se põe a compreender como o campo cultural constrói o consentimento em relação ao campo econômico, junto às classes dominadas. Esse processo de dominação ideológica também pode ser visto em Mézáros (2012; 2016), que destaca em suas obras os processos de internalização e inculcamento ideológico. Para o autor, “a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema” (MÉSZÁROS, 2012, p. 44).

Retomando Aguiar (2012, p.84), destaca, ainda, que o advento do modernismo inclui a fragmentação e a cisão entre os atos da vida cotidiana; a redução da experiência a uma série de presentes desconexos entre si; o imediatismo de eventos e o sensacionalismo do espetáculo; a perda da consciência do tempo histórico e a banalização e aceitação de fenômenos considerados como social e humanamente degradantes. Tudo isso faz parte da configuração da vida cotidiana. Bem como a alienação, a pseudoconcreticidade, o cotidiano programado, a heteronomia e o

sonambulismo espacial. É a perda das “rédeas” da vida, que vai sendo dirigida por gestos automáticos, mecânicos, deixando de ser orgânica.

O exercício conceitual a que nos propusemos, neste trabalho, visa mostrar como estes conceitos, tão “distantes”, convergem para a análise de uma mesma problemática. Portanto, podem ser facilmente integrados em uma concepção mais abrangente.

Referências bibliográficas

AGUIAR, João. Da dominação simbólico-ideológica (directa) da classe à dominação simbólico-ideológica (indirecta) de classe. In: ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto Leme; MONTEIRO, Arakin (orgs.). **Trabalho e sociabilidade: perspectivas do capitalismo global**. Bauru: Canal 6, 2012.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CIAVATTA, Maria. **O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). Teoria e educação no labirinto do capital. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LACOSTE, Y. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papius, 2014.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LOBO, Reinaldo. **Castoriadis, a reinvenção do sujeito**. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

MARTINS, J.S. O senso comum e a vida cotidiana. In: MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2017.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOREAUX, M. P. **Expressões e impressões do corpo no espaço urbano: estudo das práticas de arte de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio, 2013.

ROCHA, Islânia Lima da. **Reflexão sobre diferentes concepções de vida cotidiana no interior do marxismo.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, 2012.

SOUZA, M. L. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. **Por uma Geografia libertária.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.